



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

**O SABER-FAZER-SER PESCADOR ARTESANAL NO
ESTADO DA BAHIA: PRODUÇÃO, COTIDIANO E CONFLITOS**

Kassia Aguiar Norberto Rios

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA

kassiaros@ufbr.edu.br

Guiomar Inez Germani

Prof Dra. de Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA

guiomar@ufba.br

Resumo: As comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza. Com base produtiva principalmente familiar, a captura realizada pelas mais de 600 comunidades identificadas no estado, visa principalmente à comercialização, como forma de obter/garantir os recursos necessários a sua sobrevivência. A relação de apropriação desenvolvida pelos pescadores artesanais com a natureza é caracterizada por extremos laços de identidade, pertencimento e principalmente, respeito, onde são desenvolvidos valores simbólicos e materiais que asseguram o seu modo de vida tradicional. E por vez, asseguram características específicas aos seus territórios. São essas especificidades, dentre outras, que caracterizam o saber-fazer-ser pescador artesanal no estado. Todavia, mesmo com toda sua importância, o que tem se observado, são essas comunidades num processo cotidiano de luta e resistência contra a invisibilidade histórica que as caracteriza e que, de certa forma, tem evidenciado as contradições existentes e influenciado diretamente no surgimento de disputas territoriais e conflitos. Os pescadores baianos têm buscado, no decorrer do tempo, manter viva a cultura, a identidade, o respeito, os laços de pertencimento – a tradicionalidade – que caracterizam o seu modo de vida. Nesse cenário, temos como objetivo central desse artigo analisar e compreender teórico-empiricamente como se dar à práxis do “saber-fazer-ser pescador artesanal” no estado da Bahia. Verificando sua importância, espacialização e, algumas questões atuais, em especial as que envolvem as disputas territoriais/conflitos existentes.

Palavras - chave: Pesca Artesanal. Territorialidade. Conflitos.

INTRODUÇÃO

No Brasil, existem atualmente cerca de 6 milhões de pessoas que compõem as inúmeras comunidades tradicionais que se encontram espalhadas pelo país, sejam estas: indígenas, quilombolas, fundo e fecho de pasto, caiçaras, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, etc. (CPT, 2014). De acordo com a Constituição Federal de 1988, os povos e comunidades tradicionais são “grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. Estes grupos devem se organizar,



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

ocupar e usar territórios e recursos naturais para manter sua cultura, tanto no que diz respeito à organização social quanto à religião, economia e ancestralidade” (BRASIL, 1988).

No âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, artigo terceiro, os povos e comunidades tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto, nº 6.040/2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

Para Diegues, “um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular” (DIEGUES, 2000, p.84). Cabe destacar que o modo de vida é compreendido aqui como a maneira pelas quais essas comunidades se reproduzem economicamente, socialmente, culturalmente etc.

A relação com a natureza, a forma com que praticam suas atividades produtivas, o conhecimento sobre os espaços apropriados – território –, a liberdade, a propriedade dos meios de produção, dentre outras características, asseguram o modo de vida tradicional dessas comunidades. As comunidades tradicionais possuem características comuns que lhes atribuem o conceito de tradicional, mesmo que estas não sejam idênticas. Possuem uma forma diferenciada de se relacionar com a natureza, nutrida por laços de identificação, respeito e pertencimento (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1986).

É nesse viés que os pescadores artesanais integram as comunidades tradicionais enquanto grupo social que se reproduz de maneira diferenciada, dentro do modo de produção capitalista, e assegura a reprodução do seu modo de vida através da prática da pesca artesanal.

As comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia “possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são passadas através da oralidade, de geração para geração” (MPP, 2012, p. 04). Essas comunidades sobrevivem direta/indiretamente do desenvolvimento da pesca artesanal e da mariscagem que é realizada nas áreas de manguezal e no seu entorno. A relação de apropriação



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

desenvolvida pelos pescadores artesanais com a natureza é caracterizada por extremos laços de identidade e, principalmente, respeito, através dos quais são desenvolvidos valores simbólicos e materiais que asseguram o seu modo de vida tradicional. E, por sua vez, asseguram características específicas aos seus territórios.

Para essas comunidades, a pesca artesanal representa a base exclusiva que possibilitou/possibilita a sua reprodução. Uma vez que o acesso à terra no Brasil sempre foi considerado concentrador e excludente, algumas comunidades encontraram no mangue e na maré a sua forma de sobrevivência, construindo assim povoados e vilas que se caracterizam por possuir um modo de vida tradicional e por sobreviver diretamente da prática da pesca artesanal.

O conhecimento pesqueiro [...] é patrimonial, ancestral, que transborda de geração a geração, tanto pela força da oralidade, como no ato de ver alguém mais velho pescando. É, a partir daí, que os segredos aquáticos são revelados aos mais novos, e que se entende as artimanhas das águas. Assim, pesqueiros são desvendados, caminhos descortinados, técnicas de manejo das armadilhas e náuticas trazidas à luz, explicitando as maneiras e os métodos usados para se mapear e utilizar o território [...] Ver, fazer e conservar na mente o aprendido é o caminho para se tornar um pescador. De fato, essa aprendizagem nunca foi feita diferentemente, porque a sua rotina sempre foi essa, passando de avô para o pai, do pai para o filho, dos mais velhos para os mais jovens e/ou dos mestres para o restante da tripulação embarcada. O sentido da tradição ganha contornos nítidos nessas falas. Pescar artesanalmente é ligar homens às práticas tradicionais (RAMALHO, 2004, p.64).

São essas especificidades que asseguram ao pescador artesanal a reprodução do seu modo de vida e que particularizam/diferenciam a pesca artesanal das demais atividades do setor pesqueiro. “O conhecer do velho pescador se traduz pela sabedoria, algo distinto do saber-fazer. A sabedoria não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas onde e quando utilizá-lo. A sabedoria, o pescador a adquire não somente pela experiência, mas indo pescar e ouvindo os mais velhos” (DIEGUES, 1983, p. 195).

Atualmente, o estado da Bahia é considerado o quarto maior produtor de pescado do país, com um montante superior a 102 mil toneladas. Tal produção advém principalmente da pesca extrativa, praticada pelos mais de 121 mil pescadores artesanais que se encontram cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP). Estima-se, atualmente, uma população diretamente envolvida com esses espaços, em torno de 350.000 mil habitantes (MPA, 2015).

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

Com base produtiva principalmente familiar, a captura realizada na pesca artesanal visa principalmente à comercialização, como forma de obter/garantir os recursos necessários à sobrevivência das mais de 600 comunidades tradicionais pesqueiras identificadas no estado.

Todavia, mesmo com toda sua importância, o que tem se observado no estado são essas comunidades num processo cotidiano de luta e resistência contra a invisibilidade histórica que as caracteriza e que, de certa forma, tem evidenciado as contradições existentes e influenciado direta/indiretamente o surgimento das inúmeras disputas territoriais e conflitos que as envolvem. Os pescadores baianos têm buscado, no decorrer do tempo, manter viva a cultura, a identidade, o respeito, os laços de pertencimento – a tradicionalidade – que caracterizam o seu modo de vida.

Nesse cenário, temos como objetivo central desse artigo analisar e compreender teórico-empiricamente como se dá a práxis do “saber-fazer-ser pescador artesanal” no estado da Bahia, verificando sua importância, espacialização, organização sociopolítica e institucional e, por fim, algumas questões atuais, em especial as que envolvem as disputas territoriais existentes.

O SABER-FAZER-SER PESCADOR ARTESANAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Presente na história do país desde o período colonial e considerada uma das atividades econômicas mais tradicionais do Brasil, a atividade pesqueira é a principal, e muitas vezes única, fonte de renda de inúmeras comunidades que vivem ao longo da costa e dos rios do país. “Sociedades inteiras, em determinados períodos históricos dependeram quase que exclusivamente da pesca, que foi responsável pela produção física e social de seus membros, bem como pela importância de representações sociais e culturais que marcaram a vida social, não somente na antiguidade como nos tempos modernos” (DIEGUES, 2004, p.7).

É primer destacar que se entende por pesca “todo ato com o objetivo de retirar, colher, apanhar, extrair ou capturar quaisquer recursos pesqueiros em ambientes aquáticos, podendo ser exercida em caráter científico, econômico/comercial, amadorístico ou de subsistência” (CNISO, 1998, p. 103).



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

Assim, a pesca artesanal é compreendida enquanto atividade praticada pelos pescadores artesanais, dentro dos moldes da pequena produção mercantil, que possui características culturais, econômicas, ambientais e sociais específicas. Constitui-se num conjunto de “práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida” (DIEGUES, 2004, p. 32). Embora seja articulada, em alguns casos, com o desenvolvimento da pequena agricultura, do extrativismo vegetal, entre outras, a prática da pesca artesanal consiste na principal atividade econômica desenvolvida pelos pescadores artesanais.

De acordo com Maldonado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define os pescadores artesanais como sendo aqueles que “[...] se dedicam à captura de pescado e exercem as funções de membros das tripulações de barcos pesqueiros, executando diversas tarefas de pesca de altura – no caso dos pescadores marítimos – ou tarefas específicas da pesca de água doce e águas costeiras” (MALDONADO, 1986, p. 11). Durante séculos, os pescadores foram acumulando conhecimentos “sobre o comportamento das espécies capturadas, a época de sua reprodução e a concentração de cardumes. [...] desenvolveram as técnicas e os conhecimentos relativos aos regimes de ventos, ao clima e às correntes marítimas, necessários à navegação” (DIEGUES, 2004, p.18). Sua forma específica de organização social da produção, seus conhecimentos e técnicas deram origem a inúmeras culturas litorâneas regionais ligadas à pesca:

[...] do jangadeiro, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o Sul da Bahia; a do Caiçara, no litoral entre o Rio de Janeiro e Paraná, e o açoriano, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Enquanto esses dois últimos tipos de pescadores estavam também ligados à atividade agrícola, os primeiros dependiam quase inteiramente da pesca costeira (DIEGUES, 2004, p.66).

Os pescadores artesanais “possuem valores próprios e desenvolvem técnicas que garantem a sustentabilidade de suas famílias e dos estoques pesqueiros” (MPP, 2012, p. 4). Pertencer à pesca artesanal é “estabelecer relações de pertencimento com o mar, é elaborar, rigorosamente, uma comunhão com esse recurso ecológico” (RAMALHO, 2004, p.62).



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

O sentimento de pertença também se traduz, dentre outros fatores, na capacidade que o pescador tem de descobrir as melhores rotas de navegação, os caminhos mais promissores para se tirar o que as águas têm de bom a oferecer. De fato, saber os caminhos das águas é fundamental para ser pescador. Esse elo de pertencimento possibilita aos pescadores elaborar formas de apropriação da natureza, maneiras de manejo comum, revelando que pertencer ao mar é, acima de tudo, a faculdade de conhecê-lo em profundidade, um elemento capaz de tecer modos de convívio diário com tal ambiente (RAMALHO, 2004, p.63).

Um elemento diferenciador da pesca artesanal refere-se às práticas socioculturais da “gente do oceano/mar”. Estas conferem aos pescadores características identitárias e culturais que colocam a prática da pesca para além de sua funcionalidade econômica. Há nesse processo simbologias, representações, sentimentos, medos, mistérios etc. “Os traços característicos dos pescadores, que correspondem, em grande medida, a certas características do mar e da pesca, constituem a identidade do pescador” (MALDONADO, 1986, p.34).

[...] se identificam com um grupo possuidor de uma profissão. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador. [...] O que caracteriza o pescador não é somente o viver da pesca, mas é sobretudo a apropriação real dos meios de produção; o controle do como pescar e o que pescar, em suma o controle da arte de pesca. O domínio da arte exige dele uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência, que lhe permitem se apropriar também dos segredos da profissão (DIEGUES, 1983, pág. 197-198).

A liberdade, o trabalho familiar, a propriedade dos meios e instrumentos de trabalho, as artes de pesca, a comercialização e a própria captura do pescado também são fatores que diferenciam e particularizam os pescadores artesanais. Ser pescador artesanal “é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sócio-cultural, que lhe permite conduzir-se ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, e amparar seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos” (RAMALHO, 2006, p. 52).

Um ponto de destaque, nos pescadores artesanais, é o *trabalho familiar*, a importância da base familiar no desenvolvimento das atividades de captura, tratamento e comercialização do pescado. “O pescador artesanal exerce sua atividade de maneira individual; em pares ou em grupos, na maioria das vezes os componentes dos grupos são formados por referências de parentesco, sem vínculo empregatício e a pesca é sua principal



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

fonte de renda” (SILVA, 2004, p.19). É na base familiar que são construídas as experiências e os conhecimentos sobre a prática da pesca e o ser pescador.

No que tange à *participação das mulheres (marisqueiras e/ou pescadoras)*, esta se dá de diferentes formas: nas atividades domésticas, no tratamento e comercialização dos pescados, na confecção e manutenção de algumas artes de pesca, na captura de mariscos, na pesca embarcada (com seus companheiros ou em grupos de mulheres) etc. As mulheres possuem significativa importância no desenvolvimento da pesca artesanal, correspondem a mais de 41% do total de pescadores(as) cadastrados do RGP do Estado. Muitas dessas são responsáveis economicamente pela sobrevivência de suas famílias e têm no desenvolvimento da pesca artesanal a sua principal e, muitas vezes, única fonte de renda.

Além disso, “as mulheres exercem uma função fundamental na formação de novos trabalhadores da pesca artesanal: o da socialização de seus filhos na atividade da pescaria” (RAMALHO, 2006, p.136); seja auxiliando-as na comercialização dos pescados e consertos das redes ou diretamente na pescaria. As marisqueiras “junto com seus filhos e filhas ocuparam as margens das regiões estuarinas, dos rios ou dentro dos mangues, com a pesca da ostra, siri, sururu e mariscos de modo geral” (RAMALHO, 2006, p.29). A prática da pesca e da mariscagem “[...] é tradicional. O aprendizado das espécies vendáveis e das técnicas de coleta passa de mãe para filha” (MALDONADO, 1986, p.21).

Ser pescador(a) artesanal é uma construção histórica, aprendida no dia-a-dia, na prática. É reconhecer-se enquanto responsável pela garantia da reprodução de seu modo de vida. A conceituação de pescador artesanal não deve se restringir ao tamanho das embarcações, às artes de pesca e ou ao volume de captura diária. Deve priorizar as múltiplas relações e práticas construídas historicamente por esse grupo social, a destacar os espaços cotidianamente por estes utilizados – os territórios pesqueiros.

Para os pescadores e pescadoras artesanais, os ambientes utilizados para o desenvolvimento de suas atividades (pesca, moradia, cultura, religião etc.) tornam-se uma extensão de sua vida. Não se trata apenas de “simples pedaços de terra e/ou água”. São, acima de tudo, ambientes conhecidos, nominados e respeitados. “É no oceano, ou no mar, que os pescadores se lançam todos os dias para pescar e conviver num certo tempo e espaço, e a terra é o *substratum*, o território de convivência social, cultural e afetiva, passando a significar a ampliação da vida de relações entre eles” (SILVA, 2010, p. 59)



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

São nessas relações que observamos as comunidades tradicionais pesqueiras do estado da Bahia imprimindo sobre o espaço suas especificidades, dinâmicas, relações de poder, etc., e assim construindo suas territorialidades, marcadas por valores simbólicos e materiais que direcionam seu uso, controle e proteção. Para Little, essa territorialidade deve ser compreendida “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” (LITTLE, 2002, p. 253). Assim, a práxis desse grupo social vai delimitando e construindo territórios. Neste caso, os territórios pesqueiros. “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

De acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, os *Territórios Tradicionais* abrangem os “espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”. “Nesse sentido podemos falar em territórios de uso das sociedades pesqueiras, uma vez que estas se apropriam de porções do espaço aquático e terrestre, a partir do trabalho e do conhecimento dos processos naturais que atuam nelas. O território seria então tratado em seu valor de uso para o grupo social” (CARDOSO, 2003, p.3).

Ainda sobre território, Diegues a partir de uma noção deste conceito associado ao conceito de modo de vida, destaca que,

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (GODELIER, 1984 *apud* DIEGUES, 2000, p. 88).

O autor acrescenta que “além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também “*locus*” das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais” (DIEGUES, 2000, p.21)

Compreendemos que a construção dos territórios pesqueiros se dá a partir do momento em que os pescadores artesanais se apropriam do espaço, desenvolvendo ali suas atividades, criando relações de poder com o mesmo e demarcando tal espaço (marítimo e

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

terrestre) como o seu território de uso, ou seja, de uso da comunidade para a garantia de sua sobrevivência; projetando no espaço sua relação com a natureza, mediada pelo trabalho humano, ou seja, através da pesca e da mariscagem, dentre outros; criando e “delimitando” o território pesqueiro.

O território é visto também como espaço social, condição e meio de reprodução das relações sociais. As relações desenvolvidas pelos pescadores com seus territórios são compreendidas para além de seu uso produtivo, são lugares conhecidos, nomeados e usados em diversas práticas que não se restringem ao uso produtivo econômico.

Nesse sentido, Maldonado destaca que é necessário compreender o território pesqueiro a partir das relações específicas que caracterizam os pescadores artesanais. Observa-se que o território ganha, além da delimitação de uso por parte dos pescadores, o sentido de conhecimento, de interação e de incorporação à vida dos mesmos (MALDONADO, 1994).

Na verdade o território pesqueiro é o espaço fundamental para que as comunidades tradicionais pesqueiras possam continuar a existir enquanto grupo social diferenciado, para que as futuras gerações possam exercer a pesca e continuar a transmitir seus conhecimentos tradicionais sobre as mães, os rios, os astros, os diversos pescados, enfim sobre a vida dos pescadores. Para que os conhecimentos tradicionais dos pescadores e pescadoras sejam preservados (MPP, 2014, p.19).

O território pesqueiro “envolve áreas de pesca e coleta, as áreas de moradias, os locais de embarque e os trajetos com seus barcos, os locais sagrados e as áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo” (MPP, 2013, p.19). É importante sublinhar a multiplicidade de espaços usados e apropriados pelos pescadores para o desenvolvimento de suas atividades. “A atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço. Sua especificidade reside na articulação dos meios aquático e terrestre” (CARDOSO, 2003, p. 119). O autor destaca a importância de pensar os territórios terra e água. O território pesqueiro não se restringe ao espaço marítimo, engloba também o espaço terrestre, onde esses grupos desenvolvem suas atividades de vida e reprodução social.

Algumas dessas sociedades se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas (DIEGUES, 2000, p. 80).

São essas especificidades/complexidades que vão conformando o saber-fazer-ser pescador artesanal na Bahia, possuidor de um cabedal de conhecimentos acerca dos mares, pescados, tempo, territórios etc. (DIEGUES, 2000).

Nessa linha de raciocínio é que passamos a analisar essa práxis do saber-fazer-ser pescador artesanal na Bahia: importância, espacialização e algumas questões atuais, em especial ao que se refere às disputas territoriais e conflitos.

A PRÁXIS DO SABER-FAZER-SER PESCADOR ARTESANAL NO ESTADO DA BAHIA: IMPORTÂNCIA, ESPACIALIZAÇÃO E CONFLITOS

Presente no estado, desde períodos datados antes da época colonial, a prática da pesca artesanal pelos indígenas, como atividade de subsistência, marca historicamente as raízes de uma cultura marítima e ribeirinha que com o passar do tempo foi se aperfeiçoando e se tornando a base exclusiva que possibilitou/possibilita a reprodução de inúmeras gerações (SILVA, 1988).

A dificuldade de acesso/permanência nas terras baianas, devido à alta concentração fundiária nas mãos dos coronéis, em especial nas áreas mais valorizadas e próximas ao litoral, ocupadas no decorrer do processo de formação territorial do estado com o cultivo da cana-de-açúcar no Recôncavo, do cacau do sul do estado, por exemplo, levou inúmeras famílias baianas a encontrarem no mangue e na maré a sua forma de sobrevivência, construindo assim povoados e vilas que se caracterizam por possuir um modo de vida tradicional e sobreviver diretamente da prática da pesca artesanal.

Dentre as inúmeras histórias passadas de geração a geração aos pescadores, os mais antigos contam que, desde os nativos – os índios, primeiros habitantes da região –, a maré sempre foi uma grande fonte de recursos, pela qual era possível tirar do mar e do mangue o necessário para sobreviver. Segundo os mesmos, a prática da pesca artesanal também foi a solução encontrada por um grande número de ex-escravos baianos para não retornar à dependência dos senhores dos engenhos, após a sua libertação. Eles “preferiam se embrenhar na lama a serem cativos de branco, novamente”. Assim, foi também da

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

população ex-escrava dos engenhos baianos que surgiram algumas comunidades pesqueiras, que tiraram/ tiram grande parte de seu sustento da maré, do manguezal e das baías existentes, configurando um modo específico de viver e produzir.

O estado da Bahia, conforme mencionado anteriormente, obteve no ano de 2011 uma produção superior a 102 mil toneladas. Tal quantitativo lhe atribuiu o título de quarto maior produtor de pescado do país – logo após os estados de Santa Catarina, Pará, Maranhão – e o segundo lugar na Região Nordeste, maior região produtora de pescado do país (MPA, 2015).

Responsável por mais de 80% da produção pesqueira do estado, o que equivale a mais de 70.620 toneladas – enquanto a aquicultura ocupa somente 19% –, a prática da pesca artesanal na Bahia se dá pelo desenvolvimento das atividades da mariscagem, voltada à captura de mariscos, caranguejos, siris, dentre outros; e da pesca embarcada nos rios e mares, que envolve a captura de peixes, camarões, lagosta, etc. Os pescadores artesanais, em sua maioria, utilizam-se de artes de pesca simples e embarcações movidas a remo, com presença de algumas canoas motorizadas (SOUTO, 2004; MPA, 2015).

Já a aquicultura, destaca-se pelo desenvolvimento da carcinicultura (marinha) e da produção de Tilápia e, em menores proporções, de Tambaqui (BAHIA PESCA, 2015; MPA, 2015). Na tabela 1, podemos observar a distribuição da produção pesqueira baiana, no ano de 2011, por classificação (ambiente de desenvolvimento) e categoria (pesca extrativa ou aquicultura).

CLASSIFICAÇÃO	CATEGORIA	
	PESCA EXTRATIVA(t)	AQUICULTURA (t)
Marinha	59.293,00	4.547,70
Continental	17.508,40	20.703,60
TOTAL (t)	76.801,40	25.251,30

Tabela 1. Produção da Atividade Pesqueira no estado da Bahia em 2011.
Fonte: MPA, 2012. Elaboração: Kássia Rios, 2015.

Como não há registro de pescadores industriais no litoral do estado, a produção da pesca extrativa marinha é especificamente artesanal. Tal fato ocorre “devido às características da plataforma continental que possui uma faixa de litoral bastante estreita e



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

de fundo rochoso, aliado à baixa produtividade primária da água” (BAHIA PESCA, 2015, p.1).

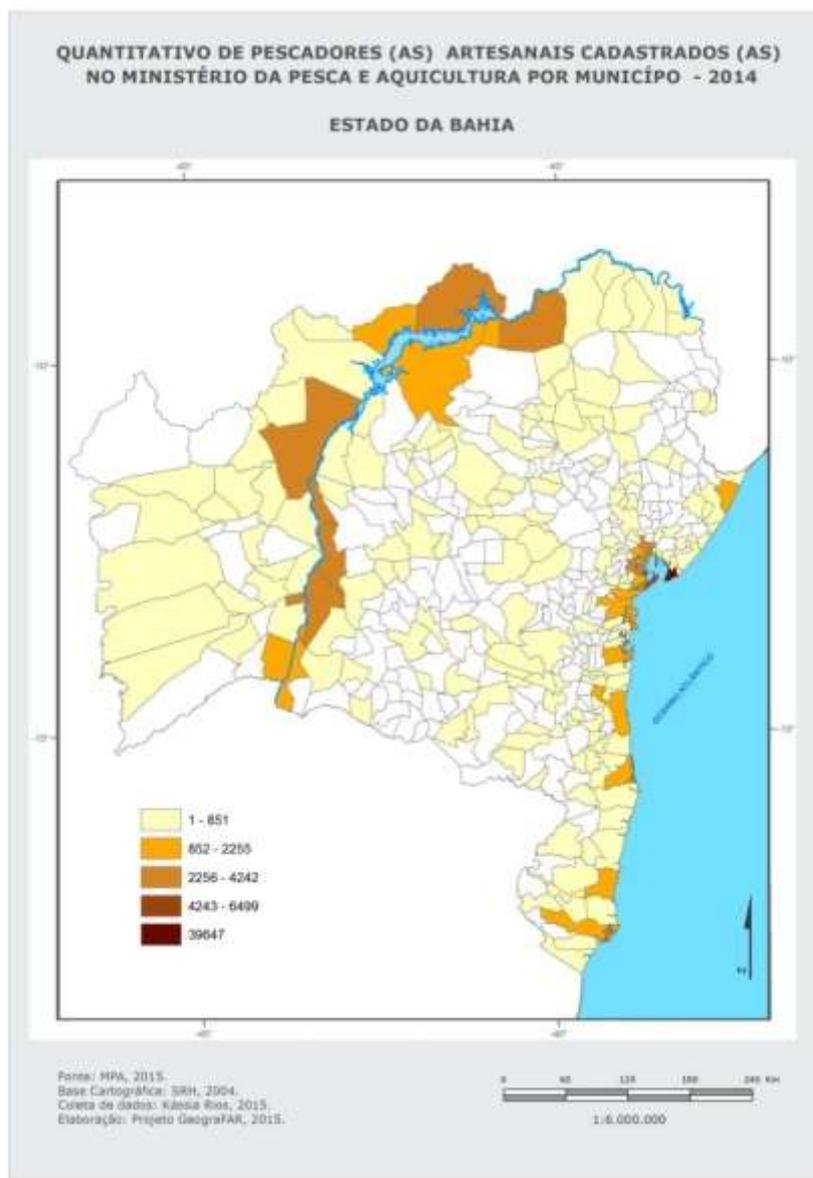
De acordo com a estatística pesqueira disponibilizada pela antiga Superintendência Estadual de Pesca e Aquicultura da Bahia¹, referente ao ano de 2014, o estado possui cerca de 121 mil pescadores que se dedicam ao desenvolvimento da pesca artesanal, distribuídos em 203 municípios (figura 01) (MPA, 2015). Estes compõem as mais de 600 comunidades tradicionais pesqueiras identificadas, que se encontram distribuídas ao longo do litoral e nos rios e sobrevivem direta/indiretamente do desenvolvimento da pesca artesanal e da mariscagem.

Do total apresentado, apenas três cadastros estão vinculados à categoria de pescadores profissionais industriais. Para a antiga Superintendência, apesar de estes possuírem tal vinculação, não desenvolvem na prática os requisitos (embarcação, artes de pesca, volume de captura) que configuram uma pesca de porte industrial, reforçando a especificidade da pesca artesanal no estado (MPA, 2015).

A Bahia ocupa atualmente o terceiro lugar na classificação geral dos estados com o maior quantitativo de pescadores cadastrados no RGP e o segundo da Região Nordeste, equivalendo a mais de 12% do total cadastrado no Brasil (MPA, 2015).

No que tange à distribuição por gênero, o estado se destaca com 58,8% dos cadastros existentes no RGP/BA sendo do sexo feminino e 41,2% do sexo masculino. Trata-se de mulheres que se dedicam à atividade da mariscagem e, também, à pesca embarcada. Por ser uma atividade com base produtiva familiar, que é passada de geração a geração, muitas mulheres aprendem ainda cedo, acompanhando suas mães, os conhecimentos sobre “a maré”. Assim como também os homens aprendem desde cedo, acompanhando seus pais, os segredos de “uma boa pescaria”.

¹ O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) foi extinto em outubro de 2015, durante uma reforma ministerial no governo da presidenta Dilma Rousseff. Desde então o setor pesqueiro do país ficou sob a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Em decorrência da mudança de Ministério no final desta pesquisa, as discussões referentes à gestão da atividade pesqueira no país terão como recorte temporal analítico a atuação do MPA, conforme citado, até o ano de 2015, quando da sua extinção.

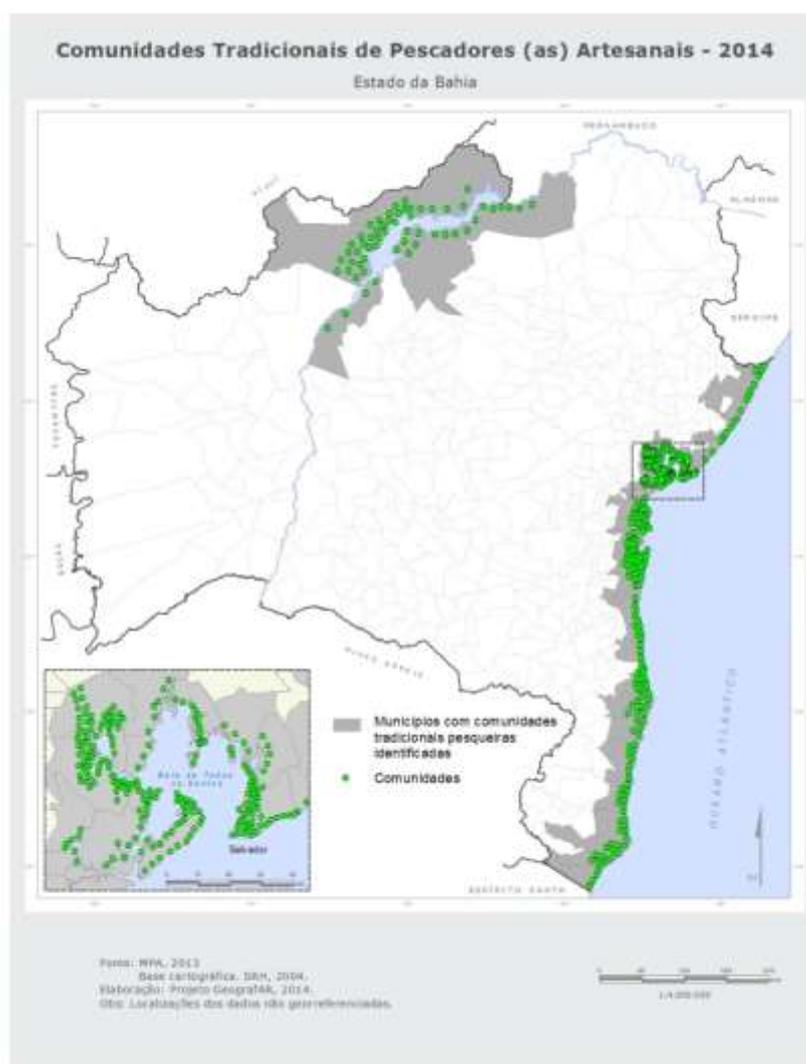


Na figura 02, podemos observar a espacialização das comunidades tradicionais pesqueiras do estado. No litoral, observa-se uma concentração destas no Recôncavo baiano e no Baixo Sul, a destacar os municípios de Salvador, Maragogipe, Cachoeira, Santo Amaro, Camamu, Valença e Cairú. No que se referem às comunidades ribeirinhas, os dados apontam a existência de aproximadamente 110 comunidades identificadas, com registro de pescadores oriundos de cerca de 750 municípios, localizados próximos à rede hidrográfica do estado, em especial aos rios São Francisco e Paraguaçu (MPA, 2015; MPP, 2015).

As questões pontuadas até o momento evidenciam que o desenvolvimento da pesca artesanal no estado da Bahia foi se consolidando como a principal e, muitas vezes, única

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

fonte de renda de inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras (litorâneas/ribeirinhas). É, portanto, necessário não só garantir o desenvolvimento desta atividade, mas também e, principalmente, as condições de acesso e permanência nos territórios pesqueiros – espaços apropriados pelos pescadores artesanais para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, sociais, culturais, etc.



Cabe destacar também, para além do viés produtivo, toda a cultura, o cabedal de conhecimentos e os laços de identificação e pertencimento que envolvem os pescadores artesanais e a práxis da atividade. “Há toda uma mística, um respeito que envolve o acesso dos pescadores aos espaços de captura. Há, nas comunidades, inúmeros espaços criados e preservados, que representam a história de sua formação – os territórios pesqueiros. São conhecimentos, músicas, danças, crenças, entre outras características que compõem “o ser



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

pescador artesanal” e que são passados de geração a geração, no sentido de manter vivo o nosso modo de vida” (Pescador – MPP).²

Nessa perspectiva, compreendendo os territórios pesqueiros como os espaços (marítimos e terrestres) utilizados e apropriados pelos pescadores(as) artesanais para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e sociais e, por sua vez, repletos de valores materiais e imateriais, é que ressaltamos a sua importância socioeconômica, ambiental e cultural para o estado e principalmente, para as comunidades que nele/dele sobrevivem. E, com isso, a necessidade de sua preservação.

Todavia, o que se tem observado, nas últimas décadas, são constantes denúncias realizadas pelos pescadores sobre a “perda e/ou proibição” de acesso e uso de suas áreas de pesca e moradia; a contaminação química dos ecossistemas; a retirada da vegetação de mangue, dentre outros. Os territórios pesqueiros têm sido frequentemente ocupados/expropriados/modificados em decorrência da inserção de empreendimentos nos mais diversos segmentos.

Nós pescadores e pescadoras artesanais vimos por meio desta expressar a toda a sociedade brasileira nosso repúdio à violação que vem ocorrendo em nossos territórios tradicionais pesqueiros. Nos últimos anos a pesca artesanal vem sendo negada e invisibilizada pelo MPA numa perspectiva de desvalorização das comunidades tradicionais pesqueiras, caracterizada pela ausência de uma política de fomento e revitalização da pesca artesanal associada à criminalização dos pescadores e pescadoras (Trecho da carta do MPP, 2013, p.1)

Os espaços da pesca tornaram-se, historicamente, “um local de conflitos e de constantes disputas sociais” (RAMALHO, 2006, p.30). Um cenário que se reproduz na maioria das comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia e que tem se intensificado nas últimas décadas, devido ao apoio e fomento do estado à expansão do modelo urbano-industrial nas zonas pesqueiras, em contraponto ao desenvolvimento da pesca artesanal.

Tais fatos, aliados a uma conjuntura política de constante incentivo à expansão industrial no país, nos diversos setores (aquicultura, portuário, turístico, petroquímico, metalúrgico, etc) e em especial nas zonas costeiras, têm feito com que as políticas públicas

²Depoimento de uma pescadora do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), obtido em pesquisa de campo realizada no mês de maio de 2015.

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

busquem privilegiar os grandes empreendimentos que, por sua vez, vêm sendo inseridos em áreas de uso das comunidades tradicionais pesqueiras, ocasionando diversas modificações nesses espaços, descaracterizando-os e, muitas vezes, comprometendo o desenvolvimento da comunidade. A seguir, pontuamos os principais conflitos vivenciados pelas comunidades tradicionais pesqueiras que se encontram localizadas na área do Rio São Francisco e no litoral baiano.

LOCAL	CONFLITOS
Rio São Francisco	Energia eólica, cercas nas águas, contaminação química das águas, esgotamento sanitário, barragens, destruição das matas ciliares, queimadas, assoreamento do rio, conflitos fundiários, privatização das águas, contaminação da água para consumo, piscicultura, turismo, agronegócio, agrotóxicos, especulação imobiliária, mineração, etc.
Litoral	Barragens, aquicultura (carcinicultura e piscicultura), monocultura do eucalipto, turismo, conflito fundiário, monocultura do bambuzal, termoelétrica, portos, cercas nas águas, restrição das áreas de pesca, privatização das ilhas, ilhotes e coroaas, desmatamento das matas ciliares e queimadas, aterramento das nascentes, estaleiros, hidroelétricas, mineração, cerca no mangue, privatização das águas, ocupação de território quilombola, ocupação de Resex, fechamento de escolas, suspensão de aulas e realocação dos alunos, poluição sonora, poluição do ar, especulação imobiliária, agronegócio, agrotóxicos, contaminação química das águas, manguezais, contaminação dos pescados, retirada de areia da praia, dragagem, aterramento de mangue, refinarias, poços da Petrobrás, gasoduto (exploração petróleo e gás) inserção de indústrias petroquímicas e automobilistas, etc.

Quadro 1. Principais conflitos existentes nas comunidades tradicionais pesqueiras (litorâneas/ribeirinhas) da Bahia - 2015. Fonte: MPP; CPP, 2015. Elaboração: Kassia Rios, 2015.

A lista de conflitos vivenciados pelos pescadores artesanais baianos cresce e se diversifica, a cada ano, de forma vertiginosa. As áreas de uso das comunidades tradicionais pesqueiras passaram a ser vistas como espaços de interesse estratégico ao desenvolvimento do capital e, com isso, tem ocorrido uma destruição massiva da natureza e sua transformação em mercadoria – mercantilização da natureza.

É no âmbito dessas disputas que observamos a forma com que o capitalismo impõe a sua lógica de (re)produção à sociedade, desconsiderando totalmente a existência de grupos que possuem lógicas diferenciadas, neste caso, as comunidades tradicionais, em sua maioria tidas pelos capitalistas como inferiores, atrasadas etc. Daí as inúmeras reivindicações das comunidades tradicionais pesqueiras pelo direito e proteção dos territórios pesqueiros.



Figura 3. Pescadores artesanais dos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe em mobilização pela defesa do Rio São Francisco na Plenária do Comitê de Bacia do São Francisco, em Paulo Afonso-BA. Fonte: MPP, 2015.

Acreditamos que a invisibilidade histórica da pesca e dos pescadores artesanais baianos de certa forma tem influenciado e reforçado as contradições e os conflitos existentes, em especial no que envolve a apropriação de seus territórios por empreendimento industriais, nos diversos setores.

Durante décadas, a pesca artesanal tem sido colocada como ultrapassada, sem perspectivas de desenvolvimento, a não ser o da lógica dominante – industrialização do setor pesqueiro–, cabendo a esta somente incorporá-la. Tal lógica, além de mascarar a importância da pesca artesanal para o estado e para as inúmeras famílias que sobrevivem diretamente de sua prática, incentiva/corroborar a invisibilidade e a lógica excludente e preconceituosa imposta a este grupo.



Uma invisibilidade que é reforçada pelo modo de produção capitalista e por seu projeto de sociedade, que por sua vez é refletida/observada nas políticas públicas destinadas à pesca artesanal e à gestão e proteção dos territórios pesqueiros.

PARA NÃO CONCLUIR... ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É notório observar a importância histórica da pesca artesanal para as inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras existentes no estado da Bahia. Por outro lado, é preocupante o aumento das inúmeras denúncias e reivindicações realizadas, nas últimas décadas, por essas mesmas comunidades. O que se observa são essas comunidades frequentemente sendo expulsas ou tendo seus territórios modificados em decorrência da inserção de novas e diferentes atividades que ali se instalam.

Essas atividades, em sua maioria, seguem a lógica produtiva dominante, que não reconhece as diferentes formas de produção existentes, neste caso dos pescadores artesanais. Além disso, a sua forma de inserção nesses territórios interfere e compromete diretamente o acesso e as condições de desenvolvimento da pesca artesanal, ocasionando consequentemente disputas pelo uso e pelo controle do espaço.

O comum entre essas disputas é “a existência de uma comunidade local, que sofre importantes impactos com a introdução de uma força externa, apoiada por forças políticas locais, processo do qual resulta uma disputa em torno da apropriação e do uso dos recursos do território” (MARTINS; RAMOS, 2012, p. 6). Criam-se assim territórios distintos, que em sua prática, no desenvolvimento das atividades e própria expansão, há consequentemente a interferência e/ou até mesmo a destruição do outro, ocasionando conflitos de distintas origens (FERNANDES, 2008).

Esses conflitos constituem “um processo de enfrentamento permanente que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate constante, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político produzindo espaços e territórios heterogêneos” (FERNANDES, 2005, p. 5).

É nessa perspectiva que ressaltamos a importância de garantir as condições naturais, o acesso, o uso e o direito das comunidades tradicionais pesqueiras sobre seus territórios. A organização e a resistência dos pescadores artesanais baianos não é somente uma



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

necessidade de articulação e fortalecimento das comunidades frente às constantes ameaças que seus territórios vêm sofrendo, mas principalmente uma forma de garantir sua territorialidade, dentro de um modo de produção que não reconhece a importância social, econômica e ambiental da pesca artesanal.

Referências

BAHIA PESCA. **Dados da atividade pesqueira no estado da Bahia**. Salvador: Bahia Pesca, 2013.

BAHIA PESCA. **Atividade Pesqueira na Bahia**. Salvador: Bahia Pesca, 2015. Disponível em: <http://www.bahiapesca.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial, Brasília, DF, 07 fev. 2007.

CARDOSO, Eduardo S. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. In GEOUSP- **Espaço e tempo**. São Paulo. Nº14 pp.119-125, 2003.

CNISO. Comissão nacional Independente sobre os oceanos. **O Brasil e o Mar no século XXI**: Relatório aos Tomadores de Decisão do país. CNISO, Rio de Janeiro: 1998.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Questão Agrária no Brasil, 2014**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php>. Acesso: 22/01/2016.

DIEGUES. Antonio Carlos (org). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. NUPAUB; PROBIO-MMA. São Paulo, 2000.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. **Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental**: Convivência e Conflitos. O caso de Guaraqueçaba, Paraná. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. **Entrando nos territórios do Território**. UNESP, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso: 12/06/2016.

GERMANI, Guiomar I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S *etal* (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010.



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano

- LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropológica, 322, 2002.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar.** Editora Ática. São Paulo. 1986.
- MALDONADO, S. C. **Mestre e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Annablume, 2ª edição, 1994.
- MARTINS, L. R; RAMOS, M. H. R. Territórios em disputa: a instalação de grandes projetos e sua relação com a comunidade local. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Uberlândia. UFU, 2012.
- MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Dados do Registro Geral da Pesca – Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas.** MPA, 2015.
- MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Dados do Registro Geral da Pesca – Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas.** MPA, 2012.
- MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. **Folder de Divulgação.** MPP. Pernambuco, 2012.
- _____. **Cartilha - Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre o Território Pesqueiro.** MPP, 2013.
- _____. **Pesca e pescadores artesanais no estado da Bahia.** Oficina. Salvador, 2015.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Atica, 1993
- RAMALHO, Cristiano Wellington N. **Ah, esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana.** São Paulo: Polis.Campinas, SP: Ceres, 2006.
- _____. O mundo das águas e seus laços de pertencimento. In: **Raízes.** Campina Grande. Vol. 23, N°s 01 e 02. Pags 62/72. Jan-dez, 2004.
- SILVA, Anelino Francisco. A pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso Potiguar. In: **ACTA Geográfica,** Boa Vista, v. 4, n. 8, p.57-65, jul./dez. de 2010.
- SILVA, Luiz Geraldo. **Os pescadores na história no Brasil.** Editora Vozes. CPP - Recife, PE, 1988.
- SILVA, Márcia Regina. **Povos de Terra e água: a comunidade pesqueira de canto do mangue, Canguaretama (RN) – Brasil.** 2004. 126f. Dissertação (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.
- SOUTO, Francisco José B. **A ciência que veio da lama: uma abordagem etnoecológica abrangente das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro, Bahia.** 2004. 319f. Tese (Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.